PROJETO DE DELIBERAÇÃO

Institui, no Sistema Estadual de Ensino, a habilitação profissional de "Técnico em Programação de Sistemas", no ensino do 2º grau e, a esse nível, as habilitações parciais de "Operador de Computador" e de "Codificador de Programas".

O Conselho Estadual de Educação, no uso de suas atribuições, com fundamento no Artigo 13 da Resolução nº 2, de 27 de janeiro de 1972, do Conselho Federal de Educação, à vista do Parecer CEE nº aprovado na Sessão Plenária, realizada em de 1973.

D E L I B E R A:

Artigo 1º - Fica instituída no Sistema Estadual de Ensino, a habilitação profissional de Técnico em Programação de Sistemas, no ensino de 2º grau, com a duração de 5 (três) séries anuais, compreendendo o seu currículo pleno, pelo menos, 2.200 horas de trabalhos escolares.

§ 1º - A conclusão da 3ª série permitirá, ao aluno, o prosseguimento de estudos em grau superior.

§ 2º - o diploma de Técnico em Programação de Sistemas será concedido após estágio satisfatório, cumprido nos termos fixados no regimento de cada estabelecimento e cujo mínimo de horas deverá ser expressamente indicado no mesmo.

Artigo 2º - Os mínimos exigidos para habilitação profissional de que trata esta Deliberação são os seguintes: Organização de Empresas, Estatística, Contabilidade de Custos, Processamento de Dados.

Artigo 3º - O currículo pleno da habilitação profissional do Técnico em Programação de Sistemas, será constituído por:

- a) Núcleo Comum, compreendendo as matérias de que trata o § 1º, Artigo 1º, da resolução CFE nº 8/71;
- b) Educação Física, Educação Artística, Educação Moral e Cívica, Programas de Saúde e Ensino Religioso, nos termos do § 2º, Artigo 1º, da Resolução CFE nº 8/71;
- c) Parte Diversificada, com matérias escolhidas pelo estabelecimento de ensino, de acordo com a Deliberação CEE nº 18/72;
- d) Mínimos de Habilitação Profissional, consoante o disposto no Artigo 2º da presente Deliberação.

Art. 4º - Ficam igualmente instituídas as habilitações profissionais parciais de "Operador de Computador" e de Codificador de Programas com duração mínima de 2.200 horas de atividades escolares.

§ 1º - O currículo pleno será instituído consoante dispõe o art. 3º desta Deliberação.

§ 2º - A parte profissionalizante do currículo terá a duração mínima de 300 horas.

§ 3º - As matérias profissionalizantes devem ser escolhidas entre aquelas fixadas pelo artigo 2º da presente Deliberação.

Artigo 5º - A habilitação profissional do Técnico em Programação de Sistemas, de conformidade com o disposto no Artigo 13 da Resolução CFE nº 2/72, terá validade apenas no Sistema Estadual de Ensino,

Artigo 6º - Os pedidos de autorização para a instalação e funcionamento do estabelecimento de ensino de 2º grau, que pretende oferecer as habilitações profissionais de que trata esta Deliberação, deverão ser dirigidos aos órgãos próprios da Secretaria da Educação.

Artigo 7º - Esta Deliberação entrará em vigor, na data de sua homologação.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo Único: - Aos alunos que estejam cursando a 1ª e 2ª séries do Curso Técnico criado pela Deliberação CEE nº 7/69, deverão ser proporcionados estudos de adaptação de conformidade com o currículo que cada estabelecimento de ensino organizar com fundamento na presente Deliberação

São Paulo, 1 de Junho de 1973
a) Conselheiro JOÃO BAPTISTA SALLES
DA SILVA
Relator